

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: Diário de Grande ABC Class.: 33Data: 27/05/80

Pg.: \_\_\_\_\_

**Andreazza promete dar resposta aos Guaranis**

VITÓRIA - O ministro do interior, Mário Andreazza, disse ontem em Vitória aos caciques dos remanescentes dos Tupiniquins, José Sizenanda, e dos Guaranis, João dos Santos, que não conhece em toda a sua extensão os problemas dos índios do Espírito Santo com a Aracruz Celulose, mas que iria estudá-los e dar uma resposta urgente, através do governador Eurico Rezende, ao documento que lhe foi entregue, pedindo a demarcação do território indígena 80 quilômetros ao norte da capital, onde aquela empresa tem uma grande plantação de eucaliptos e uma fábrica.

Andreazza retornou ontem mesmo a Brasília, depois de participar do sindicato dos portuários da solenidade de lançamento do Prosinde (Programa Nacional de Habitação para Trabalhadores Sindicalizados de Renda Baixa). Ao chegar pela manhã ao aeroporto Eurico Salles, o ministro do Interior recebeu um grupo de seis Tupiniquins e cinco Guaranis, acompanhados do advogado Ewerton Guimarães Montenegro, da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Vitória. Os índios carregavam uma faixa reivindicando a demarcação de suas terras num total de 6.500 hectares (2.700 na reserva de Caieiras Velhas, 1.500 na de Paubrasil e 2.300 na de Comboios), que a Funai vem adiando, segundo o Cacique José Sizenanda, por pressões da Aracruz Celulose. Ao ser indagado pelos jornalistas se a Aracruz tem

razão em alegar que o governo não iria desfalcocar uma empresa, que proporciona milhões de dólares em divisas ao País, de parte de suas áreas reflorestadas, com eucaliptos para beneficiar não mais do que 100 famílias de índios que vivem de pesca e agricultura, Andreazza observou: "Isso não tem sentido, em face da existência, de uma legislação que protege os índios e lhes garante a posse das terras que ocupam".

No documento manuscrito, de quatro laudas, que entregaram ao ministro do interior, os caciques Tupiniquim e Guaranis não só relatam sua luta com a Aracruz "que vem impedindo os índios de caçar, pescar e trabalhar dentro de suas terras", como acusam a Funai de "não tomar qualquer providência". Dizem ainda que, como a Funai tem protelado a demarcação das terras, apesar de haver uma portaria ministerial nesse sentido, os índios lhe deram um prazo de 60 dias, vencido no dia 8 de maio, após o qual eles próprios se incumbiram dessa tarefa, com a ajuda de um topógrafo. Porém, no dia 19, data escolhida para o início ao trabalho, a aldeia de Caieiras Velhas foi ocupada por 22 soldados da Polícia Militar e três agentes da Polícia Federal, a pretexto de dar proteção aos Tupiniquins e Guaranis. Enquanto isso, de acordo com o documento dos caciques, a Funai passava um rádio para o chefe do seu posto em Caieiras Velhas, avisando que até julho a demarcação seria realizada.